

LEITURA DO BIBLIOTECÁRIO ACADÊMICO: formação e atuação

Rute Batista de Pontes*
Else Benetti Marques Válio**
else@aleph.com.br

INTRODUÇÃO

Ao se falar sobre a presença de comportamentos marginais espontâneos como meio de criar, gestar novos paradigmas, pensa-se na formação de profissionais não somente com competência para enfrentar as demandas tecnológicas, mas com formação humanística que os faça manter acesa a chama da curiosidade intelectual; que o trabalho executado, muitas vezes de forma mecânica, não os impeça de vislumbrar novos horizontes cristalizando suas idéias, suas concepções de vida, divorciando-os de tudo o mais na esfera do político e do cultural.

As imposições inerentes ao trabalho profissional podem servir para ressaltar sua dimensão humana: que simplesmente não passem a ser mais uma peça dessa engrenagem em que se tornou o universo capitalista, notadamente nos países periféricos.

Esses seriam pontos fundamentais a serem considerados na formação do profissional bibliotecário através da qual

(*) Docente da Universidade Federal do Ceará e Mestre em Biblioteconomia pela PUC-Campinas

(**) Prof^ª Dr^ª do Depto. de Pós-Graduação em Biblioteconomia da PUC-Campinas.

... o [mesmo] passe a compreender a própria estrutura da sociedade em que vive, o sentido das transformações que se estão processando nela, e assim, de mero protagonista inconsciente do processo social, passe a ser um membro atuante da sociedade, no sentido de favorecer sua transformação ou, ao contrário, a ela se opor, porque ela se dará em detrimento de seus interesses. {Dar, enfim, à sociedade sua] cota de esforço, de trabalho socialmente útil... (LEME, 1993, p.250-1).

Com vistas a esse enfoque e observando o tipo de formação acadêmica proporcionado pela universidade brasileira, sem perder de vista os condicionantes históricos, é que se voltou o interesse maior desta pesquisa para a formação do bibliotecário acadêmico, encetando-se um repensar sobre suas atitudes, sua atuação na universidade — centrando-se especificamente na sua formação em leitura. Trata-se de um aspecto fundamental para o seu acontecer profissional tanto quanto para a questão educacional como um todo.

Desse modo, faz-se urgente um repensar crítico da Biblioteconomia. Diversos são os caminhos que podem ser escolhidos; o campo investigativo está aberto porquanto a pesquisa bibliotecária, em muitas das suas vertentes, ainda não foi explorada.¹

Isto apenas vem mais uma vez confirmar a falta de tradição de pesquisa pela universidade brasileira, na área de Ciências Humanas.

Há um quadro profissional denunciando como inevitável o levantamento de questionamentos sobre o corpo teórico biblioteconômico e as práticas dele resultantes e que particularizam o desempenho do profissional bibliotecário hoje, e anunciar novos horizontes enquanto possibilidades de conformação de um novo perfil.

Faz-se mister, todavia, penetrar no cerne desse fenômeno para compreendê-lo. KOSIK (1989, p.12) reforça esse pensamento quando afirma: “**compreender o fenômeno é atingir a sua essência**”.

No caso, o que significa atingir **sua essência**? Significa um esforço maior, na busca dessa compreensão, porquanto a essência de um fenômeno, a coisa em si como ainda aponta KOSIK (Idem) não se manifesta imediata e diretamente.

Dentro desse enfoque, indaga-se: como se vem processando a formação escolar do bibliotecário brasileiro nos diversos cursos de Biblioteconomia ministrados nas universidades públicas, particulares, bem como em instituições de ensino superior isoladas?

O que essa formação vem oferecendo em termos de conhecimento sobre o país nos seus aspectos culturais e político-sociais?

SOUZA (1991, p.181) aponta um dado por demais relevante nessa formação, tomando por base a literatura especializada na área de Biblioteconomia - o objeto dessa ciência - caracterizado por dois pólos: o primeiro, tem como prioridade maior a organização do material documental nas suas mais diversas formas de suporte - concedendo-se, portanto, maior ênfase na administração das chamadas disciplinas de conteúdo técnico. **"... a nível prático [isto vem] identificando o produto do trabalho do bibliotecário"**. O segundo, não nega a importância do primeiro, mas prende-se a um conteúdo de caráter predominantemente pedagógico-social: centra-se no indivíduo - usuário - para quem são dirigidos todos os esforços de organização e administração dos sistemas de informação. Há, portanto, segundo esse mesmo Autor, a necessidade de um envolvimento maior com disciplinas, cujos saberes permitam ao aluno de Biblioteconomia uma assimilação mais concreta desse objeto para, quando bibliotecário, possa efetivamente compreender a importância de uma melhor comunicação, de uma maior aproximação com o usuário contribuindo assim de forma decisiva para o crescimento individual e intelectual desse.

Além dessa preocupação, há outra de caráter também essencial, qual seja, um ensino que atenda às diversidades regionais dentro do contexto sócio econômico, político e cultural específico de cada região brasileira.

Dentre as tantas questões atualmente levantadas com relação à formação do bibliotecário brasileiro está uma muito comprometedora: a de que ele não é leitor. O bibliotecário é visto como o **bibliotecário** e não como **usuário de biblioteca** (SOUZA, 1991, p.95).

Como, então, esperar um fazer profissional, exercido com competência, sem o devido preparo intelectual, cujo modo mais acessível e de retorno certo e permanente nesse sentido, é a leitura? No cerne desta questão incluir-se-ia, obviamente, a otimização da transferência da informação, traduzido por um atendimento condigno ao usuário **“orientado em função do seu perfil”** e de suas demandas informacionais (MARTINS, 1982, p.209).

Sem a devida preocupação com a questão educacional e cultural que envolvem a biblioteca (e, portanto, a leitura) o bibliotecário **“cada vez mais um técnico (. . .) vai chegar ao ponto de um manobrador, um aperta botão de computador”, como enfatiza MORAES, acrescentando ainda, “que considera esse problema extremamente grave” e, portanto, visto com “ansiedade”²**; preocupação não só de sua parte, mas de todos quantos estão voltados para os rumos que possam tomar o ensino biblioteconômico no Brasil, se questões dessa natureza não forem seriamente estudadas e debatidas, bem como canalizadas alternativas de soluções com vistas à concretização de **“conteúdos cognitivos consistentes”³** dentro da estrutura curricular existente.

Atenta-se para esse ângulo da questão, chamando a atenção para o papel da biblioteca na atualidade, sobretudo nos países de economia dependente e tudo o mais que isso acarreta no que concerne à gama de problemas - dentre os quais situa-se o Brasil - destacando a exigência do compartilhamento democrático e dinâmico dos seus conteúdos culturais com a comunidade na qual atua. A responsabilidade maior - crê-se - repousa no sentido de serem aproveitados de modo substancial esses conteúdos o que exige orientação segura (BARROS, 1987, p.5). Seria, em acordo com o pensamento de FREIRE, o estabelecer de uma intimidade com os

textos lidos, intimidade esta entendida como apreensão, compreensão, enfim, comunhão entre autor e leitor mediado pelo texto, ocorrendo um enastrar das idéias contidas neste e no contexto de quem lê. Pensa-se ser esta a correta forma de prática do ato de ler para ter acesso à informação e ao conhecimento. Enfim, reconhecer a biblioteca enquanto instituição cultural e como tal promover a democratização da leitura.⁴

Contextualizando essa ação na biblioteca universitária, há que se acrescentar uma preocupação: em que pese a sua importância na consecução dos objetivos da universidade, essa não tem conseguido ocupar o espaço que lhe cabe - órgão atuante no processo ensino, pesquisa e extensão. Em parte, essa problemática firma suas raízes no ensino de 1º e 2º graus, com a carência de bibliotecários escolares, o que acarreta a não preparação do educando para seu devido uso - **“impedindo-lhe um amadurecimento intelectual”** e familiaridade com os materiais bibliográficos - principal ferramenta de que se utiliza o professor para concretizar o processo ensino/aprendizagem (BRUNETTI, 1987, p.1)

A inquietação com a atuação do biblioteário acadêmico avança, à medida em que se levanta a seguinte questão: como esse profissional pode ter voz e vez, exercer sua influência nas tomadas de decisão das altas esferas da universidade sem um preparo intelectual adequado que o habilite a uma participação dinâmica e o leve a cumprir o seu papel pedagógico-social?

Quando escolhe atuar na universidade o faz (crê-se) movido pelo gosto à vida acadêmica, por querer ser parte integrante do processo ensino/aprendizagem, por valorizar sobremaneira o papel da biblioteca na educação e na cultura, nessa instância do sistema educacional, bem como a responsabilidade de zelar para que seus usuários usufruam de forma efetiva dos seus materiais informacionais. Não que essa seja a única razão que o impulse para o exercício profissional no meio universitário.

O sistema de informação tem como um dos pilares, para sustentar a sua razão de ser, o seu grau de participação na vida

universitária e essa participação pode ser medida pela intensidade com que são utilizados os seus conteúdos informacionais o que pressupõe um acervo bibliográfico de forma diversificada, em quantidade suficiente e qualidade que atenda às demandas dos seus usuários. Por sua vez, isto depende de um fator vital, sem o que todos os esforços com modernização serão inócuos e o fantasma da subutilização far-se-á sempre presente: as condições de produção de leitura de bibliotecários e usuários. Sem uma clara compreensão das várias funções da leitura e dos fatores que intervêm nas condições adequadas de sua produção, não será possível um efetivo uso do sistema de informação.

Questões pertinentes à leitura vêm sendo estudadas com mais ênfase no Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980, conforme comprova SMOLKA (1989, p.24); especificamente na Biblioteconomia é bem mais recente.⁵

No âmbito universitário, vêm sendo enfatizados por bibliotecários acadêmicos e escolares, em trabalhos em nível de Pós-Graduação - dissertações de mestrado e artigos de pesquisa, assim como estudos concernentes à educação de usuários, hábito de leitura entre alunos do terceiro grau e hábito de leitura entre bibliotecários acadêmicos.⁶

Como pôde-se constatar, trabalhos focalizando a leitura do bibliotecário acadêmico nos seus mais variados aspectos são por demais exíguos; os encontrados centram-se no incentivo à leitura, na necessidade de especialização na área, bem como demonstram a relevância dessa, para o exercício lúcido da cidadania e da profissão.

A importância de uma investigação é expressada por DEMO (1990, p.10) pela necessidade de construir caminhos. Entende-se construir no sentido de que qualquer incursão feita transcenda à ela mesma, constextualizando-a nos planos histórico, cultural, econômico, político e social, possibilitando, assim, sua adequada compreensão.

Uma maior ênfase no ensino e prática de leitura nos cursos de formação em Biblioteconomia torna-se de extrema relevância e

uma das saídas para ampliar o leque de cultura e conhecimento do bibliotecário, bem como torná-lo mais crítico e dinâmico com relação à sua prática profissional e à sua vida de cidadão.

O bibliotecário acadêmico tem uma grande responsabilidade diante de si. Essa responsabilidade é destacada com muita propriedade por WITTER (1989, p.25), ao afirmar:“(..)**aprender a ler e ler para entender**”: crê-se estar aqui bem explícita a condição para que o profissional possa ter uma influência benéfica, dir-se-ia quase decisiva para o êxito da formação acadêmica do usuário universitário: conscientizá-lo para o prazer, a compreensão e a importância do ato de ler, tanto na sua vida pessoal como em sociedade.

Vale transcrever a definição do que ASHEIM considera como sendo o papel do profissional bibliotecário, cujo teor consta de um documento da American Library Association, relativo à política oficial dessa instituição, intitulado, “**Educação Bibliotecária e Utilização do Pessoal**”:

“As tarefas profissionais do bibliotecário são aquelas que exigem um conhecimento e uma educação especial em bases onde se identifiquem as necessidades das bibliotecas, analisem-se problemas, estabeleçam-se objetivos e formulem-se para elas soluções criativas e originais, integrando a teoria à prática e planejando, organizando, comunicando e administrando programas eficientes de serviços para usuários do material e dos serviços da biblioteca. Ao definir serviços para usuários, o profissional reconhece usuários em potencial bem como usuários reais e projeta serviços que atinjam a todos que deles possam se beneficiar” (ASHEIM, 1979, p.50).

Explicita-se que os conceitos, as atitudes e as experiências são vistos não apenas como sofrendo influências - numa direção única - de “**realidades sociais sobre os comportamentos, estados e processos individuais**”, mas sob uma perspectiva dinâmica onde

esses elementos se movimentam construindo suas próprias contexturas sociais (SPINK, 1993, p.20)

RELAÇÃO ESTABELECIDADA ENTRE A LEITURA, A VIDA PROFISSIONAL E A DE CIDADÃ(O)

Para melhor situar este estudo, recorreu-se à **questão da relação entre a vida profissional e a de cidadão do bibliotecário acadêmico com respeito à leitura**. Esta questão foi pesquisada através de entrevistas pessoais, aplicadas a onze sujeitos/profissionais bibliotecários, representantes da região Sudeste e da região Nordeste, com a intenção de realizar-se um estudo comparativo com relação ao desempenho dos dois grupos.

Foram selecionados como sujeitos da amostra seis diretores/bibliotecários de três universidades paulistas(região Sudeste), sendo dois de cada uma delas. Da região Nordeste, foram escolhidos cinco diretores/bibliotecários, pertencentes a três bibliotecas universitárias da cidade de Fortaleza (Ceará).

As entrevistas pessoais foram gravadas e as respostas analisadas, objetivando-se defini-las em categorias de estudos. Assim que definidas, encetou-se a análise de cada uma delas, discutindo-se os resultados alcançados.

1. LEITURA/PROFISSÃO: COMPETÊNCIA TÉCNICA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA

"Justamente é a capacidade, é a arma que dá prá você poder criticar; de você poder dizer 'isso eu aceito', 'isso eu não aceito'; justamente aquele conhecimento que te dá tanto do político, do quanto cultural. . . Eu acho que quando tenho espaço eu brigo pelos meus direitos (. . .) Eu acho

que a leitura te dá uma capacidade de conhecimento, de ser prática, de não se deixar manipular (...)”.

(Entrevista n.3 - SUDESTE)

O interlocutor, dentre outros sentidos que poderia atribuir à relação entre leitura/exercício profissional/cidadania, centrou seu raciocínio em torno da defesa do seu espaço enquanto ser político e parte de um grupo social. A noção de cidadania passa por essa esfera, mas não se restringe a ela.

Os saberes registrados, intermediados pela leitura, proporcionam a possibilidade da participação social. Porém, conceituar cidadania é difícil dadas as representações que a englobam, as quais nem sempre a retratam com precisão. Como exemplo, ora se conota como portadora de juízos valorativos quando confronta a vida social do indivíduo nos seus aspectos positivo e negativo - este considerado como a negação da cidadania, a marginalidade (FERREIRA, 1993, p.19).

Insere-se nessa ótica todo um sistema de idéias sociais, econômicas e políticas que se concretiza através do indivíduo enquanto partícipe do organismo social, cômico da civilidade. Portanto, a cidadania só se consubstancializa no e pelo homem (Idem). E como se dá tal concretude?

Responder a esta indagação, dentro do espírito desta análise, conduz a um ponto extremamente delicado, qual seja, as condições que realizam o **ser cidadão** numa sociedade de desiguais, outorga que o particulariza dentro do espaço público onde vive e quer se tornar pessoa.

Sendo particularizado presume-se, como fala FERREIRA, **“a existência da igualdade e da diferença, do mesmo e do outro. ...O outro só aparece quando o ‘este’ é identificado. O atributo da cidadania evidencia o não-cidadão, o marginal, aquele que não corresponde às referências adotadas** (Ibidem, p.20) [sim, porque existe um sistema prévio de referências para distingui-los]. Dialecticamente, esse sistema identifica o ‘este’ e o ‘não este’ (Ibidem).

Qual o por quê dessa discriminação? Dir-se-ia que a mesma evidencia-se de maneira diversa. Por que uns são considerados cidadãos e outros não?

Isto, em acordo ainda com FERREIRA, passa por uma **relação de poder** uma vez que estão bem delimitados os espaços de quem identifica e de quem é identificado; uns se incluem na ordem dos direitos e deveres, outros não. Esse poder de discriminação, comandado pelo Estado, faz nascerem os conflitos. Conflito decorrentes da luta pelo direito a essa instituição.

A questão da cidadania está, pois, estreitamente conectada à conquista de direitos e bens inalienáveis ao homem sem os quais não se pode falar que o mesmo é um cidadão. Como a maioria não tem acesso a eles, cidadania é mais uma expressão de retórica do que propriamente de

“um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(ns) no Universo” (COVRE, 1991, p.11)

O contexto sócio-econômico, político e cultural de uma formação social, constitui-se, pois no eixo sob o qual funda-se o estabelecimento da cidadania. Se esse eixo não estiver sob bases firmes, se apenas uma parcela da sociedade tiver atendida as suas necessidades existenciais e espirituais então essa sociedade precisa repensar e pôr em prática,

“um novo sentimento de solidariedade (..) favorecendo] a emergência da figura do cidadão empenhado na defesa de valores comuns a todos os homens, numa luta que não [comporte] discriminações, exceto em defesa da própria liberdade” (FURTADO, 1992, p.9).

A acumulação sobrepondo-se a tudo numa sociedade dominada pela lógica dos meios, não pode continuar prevalecendo. Assumir os próprios determinantes históricos direcionando-os para o

“bem estar social, [o] exercício da liberdade e da cooperação entre [todos]” é a saída para uma cidadania consciente assegurando, assim, a justiça social, o equilíbrio coletivo (Idem, p.76).

Estas colocações forçosamente conduzem a uma vertente à qual reputa-se como imprescindível à passagem de não-cidadania para a cidadania: a Educação.

Educação como meio de elevar o homem, de fazê-lo participar de ações políticas capacitando-o de não só a viver, mas de conquistar a sua existência. O conhecer-se e assumir-se pressupõe uma tomada de consciência, o que por sua vez, tem no acesso a educação um modo essencial de concretizar-se.

Quando o interlocutor n.8 fala que

“Como profissional é nos livros que eu vou encontrar toda a informação mais moderna que existe no sentido de melhorar a minha atitude profissional diante do usuário. (...) Através dessas leituras é que eu vou melhorando intelectualmente para (...) dar o melhor que eu tiver aos usuários”,

Capta-se como um dos sentidos-chave da sua fala, o **educar-se para educar**, tendo no livro o instrumento de que se faz uso para conduzi-lo a uma maior conscientização e a um melhor exercício do seu papel social na qualidade de profissional da informação.

Como frisa GERALDI,

“Numa sociedade que se quer construir ‘democrática’ o direito de acesso à cultura historicamente produzida passa pelo problema da leitura(. . .) [bem como] é impossível a formação da cidadania quando se recusam ao cidadão os meios de sobrevivência que, numa sociedade como a nossa, inclui o direito à leitura” (GERALDI, 1991, p.197).

Direito este que é negado a tantos, por quanto uma mente esclarecida **“amplia suas possibilidades de construção de cate-**

gorias de compreensão do mundo” (Idem), como afirma o mesmo autor e se torna um perigo em potencial para os detentores das esferas de decisão e, por conseguinte, de dominação.

Desse modo, pode-se dizer que essa afirmação também está implícita na fala do interlocutor n.11:

“Como cidadã, a leitura em cada aspecto vai me ensinando a viver e a conviver. A viver, dentro de um melhor nível de vida, de conhecimento, vamos dizer assim: primeiro, eu amo aquilo que eu conheço (...) através da leitura eu vou aprendendo a amar, a conhecer o ambiente onde eu estou (...) e fazendo com que ele cresça através de mim”.

Exercer a profissionalização de forma consciente é agir; **“...é, portanto, um modo de existência no sentido forte do termo(...) É na ação que o indivíduo existe enquanto indivíduo humano”** (CANIVEZ, 1991, p.139).

“Eu tenho um papel de educadora, eu interferindo com a minha experiência eu posso ajudar melhor, não só na parte cultural, mas na social. (. . .) A nossa vida é um contexto político. Eu acho que aí você pode se posicionar com relação a alguma coisa, vamos dizer: politicamente, o nosso país, que não está indo bem, você sabe porquê, para onde vai. . .como melhorar, questionar o certo e o errado, eu penso assim, eu posso interferir nessa situação [. . .] Se, politicamente eu conheço, eu posso opinar, se não, [. . .] eu digo que está bom, que tudo está bem. . .”

(Entrevista n.8 - NORDESTE)

O bibliotecário acadêmico, como expôs o interlocutor acima, tem uma responsabilidade perante o usuário. De sua postura profissional depende, em grande parte, o êxito da sua atuação e o crescimento do leitor, que o procura para que satisfaça seus anseios e carências informacionais, e para que essa informação haja em seu intelecto como um elemento catalisador e transforme-se em conheci-

mento que possa ser transmutado em práxis libertadora não só no plano pessoal, mas coletivo.

2. LEITURA/CIDADANIA: CONCEITO ESVAZIADO DA RELAÇÃO

"(...) eu não procuro, assim fora do trabalho, a não ser ler algumas revista, mas eu não tenho aquele vício (...) de ler... então isso, sei lá... como cidadã é um pouco falha..."

(Entrevista n.1 - SUDESTE)

Se o leitor vem acompanhado atentamente o que dizem os discursos e as análises empreendidas, remetendo-se ao discurso do sujeito n.1, de imediato compreenderá porque este interlocutor emitiu um conceito esvaizado da relação leitura/cidadania, não chegando associá-lo ao exercício da profissão.

Observando-se sua fala anterior tem-se um perfil do mesmo, como não leitor, e entende-se porque o elo sugerido não foi estabelecido; uma das razões como o próprio interlocutor admitiu foi a sua distância da leitura, assim entendida: leitura da realidade cotidiana e leitura da imprensa. A noção de cidadania só pode ser bem compreendida se dentre as possibilidades de a pessoa constituir-se enquanto cidadão, situar-se também a leitura. Os processos interlocutivos de que se participa e age através deles respondem pela forma de ser do indivíduo - **"encontro entre sujeitos (. . .), [prática bem mais] complexa do que um simples exercício de preencher espaços brancos de uma lição de casa** (GERALDI, 1991, p.198). Complexa e ao mesmo tempo esclarecedora como pontuou o sujeito n.5 ao relacionar a tríade.

3. LEITURA/CIDADANIA/PROFISSÃO: VISÃO AMPLA DO MUNDO E FATOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Uma outra idéia dessa relação, levando a refletir sobre o seguinte: o conceito de cidadania reivindica para si vários modos de compreensão.

O interlocutor n.5 estabeleceu a relação como uma possibilidade de ser alargada a sua concepção de mundo quando diz:

"Eu acho que a leitura é uma forma de você se libertar de muitas coisas que te prendem, assim: diminuem sua visão num contexto social, mesmo num momento histórico. (...) o que você pode visualizar através da leitura, (...) pode aproveitar isso para ter um maior crescimento intelectual como a nível de civilização mesmo (...) muitos conceitos já não são passados para você aleatoriamente (...) você tem como argumentar (...) comparar certos conceitos e ver o que realmente acontece até onde pode chegar uma verdade (...) e decidir muito melhor sobre sua vida e tudo o que acontece. Quando se tem o poder de decidir alguma coisa também tem de transformar essa coisa".

(Entrevista n.5 - SUDESTE)

o mesmo pensamento pode ser percebido no que expressa o interlocutor n.11:

"Ah! Eu não acho primordial para os dois aspectos: profissional e de cidadã. Como profissional porque esta é uma forma de eu me reciclar, adquirir conhecimentos novos, de ver o mundo de uma maneira mais geral, mais global e também não me fechar só para o lado da profissão; a gente tem que adquirir conhecimento. Como cidadã, é fundamental; quem não lê é como quem não vê e não ouve. Ela ajuda na transformação da gente de modo que se possa atuar e ajudar a transformar o meio em que a gente vive".

(Entrevista n.11 - NORDESTE)

O sujeito resume bem o seu pensamento ao abordar a relação leitura/profissão/cidadania: **ajudar a transformar o meio em que a gente vive**. Não é outra, senão essa a missão do profissional bibliotecário - atuar socialmente no meio dessa concretude que ele vivencia; o ambiente social num sentido mais abrangente e o universitário, de modo particular; nessa ambiência dar uma nova interpre-

tação dos papéis e funções da biblioteca universitária, encetando a ação nessa totalidade circundante.

No momento em que a biblioteca abrir espaço para troca de experiência, integrar-se à comunidade gerando discussão sobre temas do seu interesse (VERGUEIRO, 1988, p.213), neste caso, a acadêmica, estará acenando para essa tão desejada transformação que no fundo significa liberdade responsável, conquista de direitos, consciência dos deveres a serem cumpridos, da relação de iguais, que pelo menos em parte, pode existir, ser real.

Outro recorte interessante do seu discurso refere-se à ligação entre cidadania e a metáfora empregada, a qual por analogia, compara quem não lê a um deficiente físico (auditivo e visual). Faz muito sentido o que diz o sujeito. Quando não se tem a capacidade de **enxergar e ouvir**, de saber discutir, escolher o próprio caminho, enfim avocar a si a responsabilidade da sua própria vida, é como diz o falante: **não vê e não ouve**.

A leitura por si só não reivindica para si toda essa potencialidade, porém impede **"a naturalidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores"** (FREIRE, 1992, p.19).

Diz mais o interlocutor: "leitura, não só de assuntos específicos de profissão, faz ver o mundo de maneira mais global não se fechando só para o lado da profissão".

É certo que entre as responsabilidades do bibliotecário acadêmico está, a de dominar bem o conhecimento de sua área, exercer com competência e dignidade o seu fazer profissional, mas valendo-se mais uma vez de FREIRE, é preciso estar-se atento para o que ele fala:

"O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos". (Idem, p.21)

É, realmente há que se estar alerta para os **especialismos estreitos** para o exagero das técnicas que perpassam a formação e

a prática do bibliotecário, muitas vezes fazendo-o relegar a sua função social em detrimento da perfeição das técnicas de organização da biblioteca e dos materiais bibliográficos.

4. LEITURA/CIDADANIA: NEM SEMPRE TRANSFORMAÇÃO INDIVIDUAL, MAS POSSIBILIDADE DE MANIPULAÇÃO

“É muito complicada essa relação porque eu peso muito, sou muito crítica; quer dizer, eu sou crítica em relação à leitura por causa dessa formação que eu tenho”.

(Entrevista n.4 - SUDESTE)

Embora o interlocutor n.4 não tenha atinado para o fato de que a leitura teve influência na sua vida tanto por parte da família, como da escola (3º grau), as suas falas disseram o contrário, senão veja-se:

“Essa formação crítica é mais familiar e não em vista da leitura (...) A leitura tem contribuído para eu ser crítica, mas não é uma coisa decisiva e não tem tanta influência...”

A relação familiar vivenciada pelo interlocutor n.4, parece ter-se dado dentro de um processo de interlocução intenso, redundando em uma leitura, também intensa da realidade valendo-lhe essa formação crítica que enfatizou. É neste espaço discursivo **“que o homem se mostra capaz de ampliar a compreensão, elevando-a ao nível da explicação, onde estão presentes o ouvir e o calar”**⁷; é na relação dialógica que se erguem as relações sociais (FERREIRA, 1993, p.17). Relações feitas de sentidos e significações.

No sistema de significados familiar o sujeito pode compreender e interpretar as primeiras concepções de mundo, abrangendo a internalização de valores, o desenvolvimento do senso crítico, crenças e tudo o mais que compõe esse universo.

Como segunda influência mais forte tem-se a presença específica de uma professora de Literatura de quem o sujeito falou com muito entusiasmo e admiração.

Levanta-se a indagação: como a leitura não teve tanta influência na sua vida, segundo colocou?

As suas afirmações dizem o contrário. Houve participação da família e da escola (3º grau), sim, tanto no que concerne à compreensão do mundo de significados circundantes como com relação ao mediatizado pela palavra escrita.

Com visão crítica fala de leitura no atual momento brasileiro, deixando passar uma certa decepção com os conteúdos que são divulgados para o público, na sua maioria ingênuo e que se deixa levar pelo que é largamente veiculado tanto em livros, como jornais e televisão:

"(...) prá esse lance da vida em si, eu acho meio (...) não se acrescenta muito... principalmente o que acontece na atualidade... É tudo tão mentira, você sabe que as coisas não são reais; tudo é passado de uma forma mentirosa, a não ser na área científica..."

(Entrevista n.4 - SUDESTE)

Concorda-se com o sujeito quando diz que nem sempre há possibilidade de transformação individual através da leitura e sim possibilidade de manipulação, tratando-se principalmente de pessoas que não tiveram acesso à educação.

Nesse ponto, diz o falante: **"a leitura é um risco muito grande"**. Tanto pode ser um bem como pode ser um mal se prevalece a falta de discernimento de quem ler por falta de repertórios críticos prévios com os quais possa confrontar cada novo texto que tiver nas mãos. Principalmente se partem, como colocado anteriormente, dos vários canais da mídia, que exercem um verdadeiro domínio junto as mentes ingênuas. Dessa forma não há possibilidade de conquista da cidadania. **Aos dominadores, exploradores ou opressores interessa que as classes subalternas não percebam e nem expliquem as estruturas sociais vigentes e o regime de privilégios"** (SILVA, 1993, p.12).

Isto é muito nítido no Brasil de hoje, é o próprio interlocutor n.4 quem adverte:

"(...) atualmente, no nível da política, os 'caras' lançam uma coisa prá dispersar tua atenção enquanto você está com um problema".

O cerne do problema reside nisto: falta de compreensão crítica desses discursos que são veiculados sem nenhum empenho no sentido de educar, de formar o cidadão.

A propósito de leitura alienante assim se refere GADOTTI: **"A leitura alienante seria (. . .) aquela leitura que não se distancia do texto, mas é por ele doutrinada, catequizada, manipulada, (. . .) pode ser chamada de leitura ingênua, portanto, superficial. Aqui, o leitor se entrega ao autor em vez de dialogar com ele, numa visão mágica da palavra escrita "(. . .) [Essa leitura conduz] o leitor a uma falsa compreensão da realidade, isto é, encobrem o contexto, (sic) a prática"** (GADOTTI, 1992, p.93)

Contudo, tendo os textos natureza polissêmica, a ambigüidade está sempre presente neles; isso independe da intenção dos autores ao produzi-los, podendo-se inferir com LAJOLO, que **"mesmo com um texto ruim, pode-se fazer um bom trabalho"** (LAJOLO, 1985, p.55).

Essa possibilidade demanda de uma participação ativa do leitor o qual tem a capacidade de dominar essa ambigüidade, parte integrante de qualquer texto (Idem).

Portanto, esse receio do interlocutor, mesmo tendo razão de ser, pode ter o seu lado positivo. Depende muito de uma orientação esclarecedora e dessa empresa o bibliotecário como um profissional de leitura pode participar, ajudar a esclarecer os que ainda não tem acesso ao conhecimento crítico.

5. LEITURA/CIDADANIA: PRÁTICA DE VIVÊNCIA E CONVIVÊNCIA

“Justamente é a capacidade, é a arma que dá prá você criticar; de você poder dizer: ‘eu aceito, eu não aceito’ (...). Quando tenho uma posição ninguém me convence fácil. (...) Posso até ouvir... Eu acho que a leitura dá uma capacidade de conhecimento de ser prática de não se deixar manipular...”

(Entrevista n.9 - NORDESTE)

“Como profissional, é o conhecimento, é o aprender, é o transmitir. É aprimorar meu conhecimento para depois eu trabalhar melhor. Como cidadã, é a minha própria experiência de vida, de convivência, assim: um relacionamento entre mim e os outros. Me faz entender melhor o que se passa no mundo”.

(Entrevista n.9 - NORDESTE)

Viver e conviver, como frisa o interlocutor n.9, além de ser uma arte é **“o exercício crítico da leitura e da releitura do mundo”** sem que o **“ensino da leitura e da escrita” [é um ato] científica, política e pedagogicamente capenga** (FREIRE, 1992, p.79).

Tendo como esteio essa reflexão, detém-se num ponto que se reputa como básico para o exercício da cidadania: estar preparado para exercê-la. Os poderes constituídos, os intelectuais e educadores nos momentos de abertura, preconizam como necessidade maior, educar para cidadania.

Só que há condicionantes na sociedade capitalista que direcionam e limitam essa ação, considerando a cidadania, a liberdade e a educação indissociáveis da propriedade e da defesa do mercado, vindo a educação como algo secundário, formação mínima, apenas o essencial para fazer do trabalhador um cidadão passivo. Comportamento perfeitamente compreensível quando se trata daqueles que cuidam de defender interesses pessoais dando a impressão que a igualdade de direitos é igual para todos. Esclarecendo-se melhor: os que dominam não tem direitos e sim privilégios.

No discurso oficial educar para cidadania, não deixa margens a dúvidas. **“Todos são iguais perante a lei”**, ou melhor, a letra da lei: **“[Há] formas sinuosas e sutis [como diz ARROYO] de defender a vinculação da educação à cidadania, como pré-condição para a participação mas que vem agindo em sentido contrário,, isto é, a ação dá-se no plano da exclusão da cidadania** (BUFFA, 1987, p.39), quando materializa-se essa na negação dos direitos essenciais a uma vida com decência e respeito pela pessoa humana.

Educar com vistas à cidadania entende-se o desenvolvimento do homem dentro de **“um processo global (...) da [sua] capacidade física, intelectual e moral (...) visando à sua melhor integração individual e social, o que pressupõe, de imediato, o acesso à informação”** (TARGINO, 1987, p.155).

Todavia o acesso à informação, como um direito social, só pode ser compreendida no âmbito da leitura. Através desta é que se alcança a primeira podendo-se transmutá-la em conhecimento e ações concretas para efetivas transformações no seio social.

Cabe, então, sobremaneira ao bibliotecário administrar essa informação, não apenas fazendo-a chegar ao usuário mas consciente da sua função de educador, **“[acentuar] o escopo cultural da mesma, [qual seja] as significações e o universo relacional no qual os dados, enquanto elemento primeiro das informações, efetuem suas transações e transições”**. (Idem, p.157).

6. LEITURA: PRÁTICA DO APRIMORAMENTO PROFISSIONAL

“É um enriquecimento cultural. Quanto mais eu leio sobre a minha profissão, mais eu estou me atualizando, mais eu estou tendo condições de colaborar (...)

(Entrevista n.6 - SUDESTE)

“Como profissional eu tento sempre estar lendo alguma coisa da minha área; normalmente eu me prendo à leitura, dentro de uma visão geral de Biblioteconomia do que está acontecendo, dos avanços [na área] e me detenho naquilo que eu estou realizando, no que estou trabalhando. Houve uma época em que eu estava trabalhando com planejamento, vim para cá e hoje o meu tipo de leitura é outro. Estou sempre tentando ler algo sobre referência - atendimento ao usuário. De vez em quando participo de congressos, tento me atualizar um pouco. A leitura especificamente, eu procuro ler sobre ‘hábito de leitura’, mas é só. Como eu quero me atualizar com outros assuntos eu leio até meia-noite uma coisa que me interessa, p.ex.: revista Veja, jornal...”

(Entrevista n.10 - NORDESTE)

A leitura para a maioria dos interlocutores está intimamente vinculada à prática do aprimoramento profissional. Que o bibliotecário acadêmico tenha esse zelo, essa consciência de que é preciso estar atualizado com o conhecimento da sua área é perfeitamente compreensível. No entanto, sentiu-se falta de um engajamento mais efetivo com o maior de todos os objetivos, pelos quais ele mantém em dia esse conhecimento: o de ser elo de ligação entre esse conhecimento e o usuário agindo como difusor, como democratizador dessa informação.

O cuidado maior centra-se em realizar um trabalho bem feito, uma organização documental impecável, portanto um fazer ainda muito arraigado às tendências tecnicistas da profissão. A crítica recai apenas sob os excessos cometidos e que tem custado ao bibliotecário às vezes, injustamente, conceitos que depõem contra si e a profissão.

Se a leitura técnica ocupa um lugar de tanto destaque na vida profissional do bibliotecário, como se explica que na universidade não seja incentivada a leitura entre universitários, de forma sistemática? Que se constitua numa outra atividade da Biblioteca Universitária,

tendo-se em vista que as condições de acesso e produção da leitura na sociedade brasileira e que na visão de BRUNETTI, **“com a quase total ausência de bibliotecas escolares no país apresentam um sistema educacional que não possibilita ao aluno uma atitude independente visando a um amadurecimento intelectual enquanto leitor”** (BRUNETTI, 1983, p.1).

“O ato de ler foi de tal forma se afastando de prática individual que a tarefa que hoje se solicita de profissionais da leitura, como professores, bibliotecários e animadores culturais, é exorcizarem o risco da alienação, muito embora eles possam acabar constituindo um elo a mais na longa e agora inevitável cadeia de mediadores que se interpõem entre o leitor e o significado do texto” (LAJOLO, 1985, p.105).

Que este pensamento sirva de subsídio para uma reflexão mais intensa por parte dos bibliotecários acadêmicos, no sentido de repensar o seu cotidiano profissional. Incentivar a leitura, envolver-se com ela; formar leitores demanda a familiaridade com a maior diversidade de textos possível e não apenas com literatura específica da profissão.

7. LEITURA/PROFISSÃO/INFORMAÇÃO/CONHECIMENTO: A PRÁTICA DA CIDADANIA

A cidadania só existe na medida em que existe a **“prática de reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão”** (COVRE, 1991, p.19).

Para que essa prática seja um fato concreto no cotidiano das pessoas há necessidade de que elas tenham consciência da garantia dos direitos inerentes a elas. Mas como expressa o interlocutor n.2, no Brasil **é um problema sério**. Primeiro, porque nas nações de regimes tradicionalmente autoritários, dentre os quais o Brasil (duas décadas de regime tecnocrata-militar) a prática da anticidadania foi exacerbada na forma do cerceamento das liberdades individuais e

coletivas indo ao absurdo do emprego da tirania para fazer calar as vozes dos que se levantaram contra essa violência dos direitos humanos (Idem, p.12).

Continua o interlocutor:

Veja bem! Entramos numa parte em que não interessa para países abaixo da linha do equador que a pessoa seja bem informada, que saiba ler bem, não interessa nada disso 'prá eles'. Os países da América Latina, inclusive o Brasil sempre foram ditaduras militares; certo? Sempre o autoritarismo. (...) Então nunca interessa prá governo nenhum, prá ninguém que isso daí fosse uma coisa cultural. Não há interesse porque a gente sabe que a pessoa bem informada, bem esclarecida, vai reivindicar seus direitos vai exigir... (...).

A questão da informação disseminada conscientemente é vital para que os cidadãos tenham **armas** para fazer valer os seus direitos, tanto no plano civil, social como político. Nenhum desses três pode vir em separado. A conquista e manutenção de um sempre pressupõe a do outro.

Para que a informação seja uma força de libertação e não de dominação como vem sendo, há a necessidade de educação.

Como coloca JOSÉ FILHO,

“... o processo educativo [colocou-se] como uma dimensão necessária e indispensável da atividade organizativa das camadas populares que lhes permitia a participação em todos os níveis da sociedade, como agentes e sujeitos capazes de intervir e realizar a construção da história (JOSÉ FILHO, 1992, p.30).

Reporta-se novamente à questão do compromisso social do profissional de que fala Paulo Freire, para que melhor possa ser compreendido qual o papel que cada um pode e tem a responsabilidade de exercer na sociedade:

“Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais sistematizo minhas experiências, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta a minha responsabilidade com os homens. Não posso, por isso mesmo, burocratizar meu compromisso de profissional servindo, numa inversão dolosa de valores mais ao meios que aos fins do homem (FREIRE, 1992, p.20).

Não é fácil ser um agente de transformação social, mas também não é impossível.

Na opinião do interlocutor n. 2,

“O papel do bibliotecário, por um lado é muito restrito mas ele tem muito a fazer pelo seu usuário. Se ele trabalhar numa biblioteca especializada, chegar prá ele e falar: olha o que está escrito não é assim, está implícito. Mas para isso você tem que ler. De repente, fazer isso que eu faço exige”.

A participação do bibliotecário está bem delineada nesse discurso do sujeito n.2. Considerando as limitações impostas pela própria formação profissional e até mesmo as integrantes do próprio ambiente de trabalho tem-se que transpor barreiras e, assim, ser possível orientar, exercer o papel de educador, informado e ao mesmo tempo, formado.

A leitura oferece uma pluralidade de opções nesse âmbito. Entretanto, para um trabalho vivo, de conseqüências duradouras, o comprometimento e a capacitação do bibliotecário são fundamentais. Um outro ponto de vista acerca da relação leitura/profissão/cidadania, vem do interlocutor n.10, que o coloca nos seguintes termos:

“(...) Eu não posso ser crítica com relação ao que acontece no mundo se apenas assisto um jornal numa televisão ou no rádio. Eu tenho que ler mais, me aprofundar. Eu leio sobre política no jornal ou livro. Isso torna a pessoa mais consciente; consciência, você só tem na medida em que

realmente você lê e se aprofunda em alguma coisa, senão eu não tenho opinião própria; eu vou seguir o que os outros dizem, à maneira deles. Eu vou ter que ler para poder comparar as coisas: fulano é de uma certa linha o que ele diz, ou outro, eu leio e formo um conceito. Assim, posso ajudar a transformar o que me cerca. É através da consciência do seu papel que você se torna um agente de transformação”.

(Entrevista n.10 - NORDESTE)

O conhecimento do funcionamento das instituições, do sistema jurídico e de tudo o mais que engloba a possibilidade de bem se orientar na vida social, tem na informação, via leitura, um dos seus instrumentos mais eficazes. E é por isso que se insiste tanto no fator educação para formar cidadão.

Para concluir, uma reflexão que dá uma dimensão bem precisa do exercício da cidadania no Brasil:

“A verdadeira democracia, aquela que implica o total respeito aos Direitos Humanos, está ainda bastante longe no Brasil. Ela existe apenas no papel. O cidadão brasileiro na realidade usufrui de uma cidadania aparente, de uma cidadania de papel. Existem em nosso país milhões de cidadãos de papel” (DIMENSTEIN, 1993, p.3).

Resta saber se no cotidiano o profissional bibliotecário vem procurando realizar atividades consoante com as representações de leitura expressas no corpo deste trabalho e que ao mesmo tempo traduzam na prática o seu comprometimento político e social no processo interlocutivo que envolve a informação e o usuário.

NOTAS

(1) Pode-se mencionar, além da área de leitura, estudos que se encontram em estado incipiente, como o caso dos estudos vinculados à Administra-

ção. OLIVEIRA (1993) desenvolveu pesquisa sobre "Avaliação do Planejamento das bibliotecas universitárias brasileiras", tendo a Autora que recorrer, praticamente, à leitura estrangeira para realização do seu trabalho.

- (2) ENTREVISTA com Rubens Borba de Moraes, manuscrito, p.3
- (3) Expressão emprestada de Simon Schwartzman em citação deste Autor por SOUZA, Francisco das Chagas, op. Cit., p.94.
- (4) MELO apud SOUZA, op. Cit., p. 94, acentua crítica nesse sentido e diz mais: A biblioteca "tem sido um espaço burocrático, onde se guardam livros, e onde trabalham profissionais hoje de nível elevado, mas que perdem de perspectiva a finalidade educativa a que se destinam".
- (5) Esses estudos destacaram-se, sobremaneira, pelo fato de se constituírem em relevantes contribuições para a área de leitura focalizando-a como um processo ativo [cuja abrangência vai desde a] decodificação, (. . .) busca e extração de informações de um texto, [à] reconstrução de sentido [e] de compreensão.

Como exemplos dessas investigações, citam-se os trabalhos de (GIBSON & LEVIN, 1975; GOODMAN, 1976; GOODMAN & NILES, 1970; SMITH 1973; FOUCAMBERT 1976; LENTIN, 1978; SILVA, 1981; KATO, 1985). Estes são estudos que contestaram os anteriores os quais privilegiavam tão somente as habilidades perceptivas e motoras, conforme destaca SMOLKA.

Pode-se mencionar também, como decisivo para o avanço das pesquisas em leitura no Brasil, no campo da Biblioteconomia, a inclusão no Mestrado em Biblioteconomia da PUC-Campinas, uma linha de pesquisa em leitura, o único no Brasil a contar com essa linha de pesquisa.

- (6) BRUNETTI, (1983); KRAMER 1991); CARELLI (1992); KLEIMAN (1989); TARGINO (1993); LOPES, RIBEIRO (1991) - são trabalhos realizados na disciplina Metodologia de Pesquisa Científica, sob a orientação da Prof^a Dra. Geraldina Porto Witter, no curso de Mestrado da PUC-Campinas; SILVA E., coord. (1991) - pesquisa desenvolvida durante o curso de disciplina Processos de Leitura, sob a orientação do Prof^o Dr. Ezequiel Theodoro da Silva, também no curso de Mestrado da PUC-Campinas - não publicados.
- (7) O próprio tom de voz, os gestos do interlocutor transmitiram esse sentido para a pesquisadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASHEIM, Lester. O estudo da Biblioteconomia comparada. **Cad. Bibliotecon.**, Recife, v.12, p. 49-62, jun.1979
- BARROS, Maria Helena T. C. **Presença de elementos pedagógicos nos serviços Biblioteconômicos**. Campinas: PUC-Campinas, 1987. 245p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, PUC-Campinas, 1987.
- BRUNETTI, Maria Isabel Santoro. **Proposta de uma metodologia para integrar os programas de educação de usuários aos objetivos educacionais da Universidade**. Campinas: PUC-Campinas, 1983. 143p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Faculdade de Biblioteconomia, PUC-Campinas, 1983.
- BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 1987. 93p.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Campinas: Papirus, 1991. 241p.
- COVRE, Maria de Lourdes N.. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991. 78p.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa; princípio educativo e científico**. São Paulo: Cortez, 1990. 120p.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. São Paulo: Ática, 1993. 157p.
- FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania; uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 246p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança; um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 245p.
- FURTADO, Celso. **Brasil; a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 87p.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e Compromisso**. 4.ed. Campinas: Papirus, 1992. 171p.
- GERALDI, João Wanderley. Ainda e sempre leitura. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL-COLE, 8., Campinas, 1991. **Anais**. Campinas, ALB/UNICAMP, 1991. 243p.
- JOSÉ FILHO, Mário. **Participação social na educação; desafios à cidadania**. Campinas. PUC-Campinas, 1992. 82p. Dissertação

- (Mestrado em Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação, 1992.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 230p.
- LAJOLO, Marisa. O texto não é pretexto. In: ZILBERMAN, Regina. **Leitura em crise na escola**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 164p.
- LEME, Paschoal. Memórias. In: GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993. 319p.
- MARTINS, Myriam Gusmão de. A biblioteca como instrumento de ação cultural, debate à comunicação de Victor Flusser. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, João Pessoa, 1982. "**Anais**". João Pessoa: APBPB, 1982, v.2.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. Campinas: 4.ed. Papirus: 1993. 115p.
- SMOLKA, Ana Luiz B. A. et. al. **Leitura e desenvolvimento da linguagem**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. 69p.
- SOUZA, Francisco das Chagas. A construção do bibliotecário brasileiro: ontem, hoje, amanhã. **Ci. Inf.**, v.20, n.2, p.181-190, jul./dez. 1991.
- SPINK, Mary Jane, (coord.) **O conhecimento no cotidiano; as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993. 311p.
- TARGINO, Maria das Graças. Acesso ao Texto - alternativas metodológicas; o caso da biblioteca. **Leitura: Teoria e Prática**, v.6, n.10, p.11-13, dez. 1987.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro S. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **R. Bibliotecon. Brasília**, v.16, n.2, p.207-215, jul./dez. 1988.
- WITTER, Geraldina Porto. Aspectos psicológicos no relacionamento bibliotecário e usuário. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 15, n.1, p.33-7, jan./jun. 1989.